

## 4

### Sobre a representação social da mulher-mãe: algumas reflexões

#### 4.1

#### A “politização do feminino e da maternidade”: práticas discursivas e representações sociais

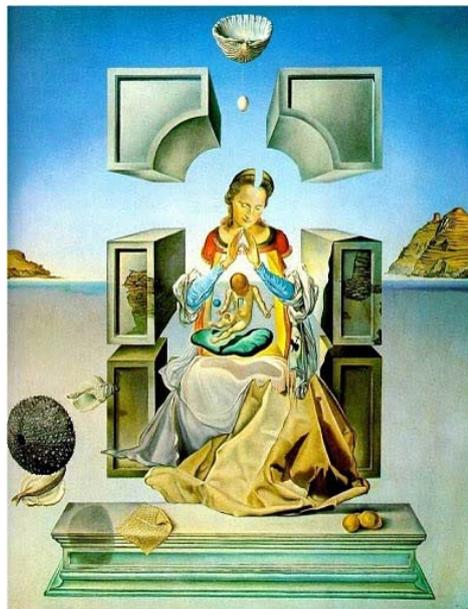


Figura 10: Madonna de Port Lligat, Salvador Dalí ( 1949)

Durante os séculos XVII, XVIII e XIX, na Europa, ocorre a confluência de três movimentos sociais distintos e não-coincidentes no tempo: a urbanização, a instauração e o fortalecimento do sistema capitalista de produção e a formação e consolidação dos Estados nacionais. Nesse encontro, segundo Meyer (2005), incorpora-se e posiciona-se a mulher, como mãe, no centro das “políticas de gestão da vida” nas sociedades ocidentais modernas.

Essa discussão é fundamental e apenas ensaia seus primeiros passos para entendermos uma nova tecnologia de poder-saber que funciona se apropriando da vida desde o orgânico ao biológico (Foucault, 1999), investindo no corpo, na saúde, nas maneiras de se alimentar e morar, nas condições de vida, em todo espaço da existência. Trata-se de um exercício de poder que se faz em meio aos

processos coletivos, tomando a população como alvo de regulamentação, de cuidado.

O processo de gestão da vida, nomeado por Foucault (1993, p. 135) de “biopolítica”, articula técnicas disciplinares com procedimentos reguladores constitutivos da “política da vida”. Sendo assim, a vida de cada ser humano, sempre colocada em relação à vida da população, está em questão. Nesse contexto, processa-se “a medicalização (e a educação) minuciosa dos corpos e dos sexos das mulheres em nome das responsabilidades que elas teriam relativamente à saúde de seus filhos, à solidez da instituição familiar e à salvação da sociedade” (Foucault, 1993, p. 137).

Nessa direção, pode-se perceber que o discurso médico colabora na promoção de uma nova forma de relação mãe-filhos, sobretudo pelo favorecimento de características específicas para o papel materno. Com isso, produz-se um modo de subjetividade que modela seus comportamentos, sua percepção, sua memória, sua sensibilidade e a forma como se relacionam.

Segundo Moura&Araújo (2004), parte-se, pois, da ideia de que o valor dado ao relacionamento mãe-criança nem sempre foi o mesmo, como afirmam as revisões históricas acerca da instituição familiar (Ariés, 1981, Badinter, 1985, Chodorow, 1990, Donzelot, 1986). Isso significa dizer que as variações, as concepções e práticas relacionadas à maternagem são produzidas por uma série de agenciamentos sociais, dentre os quais os discursos e práticas científicas assumem um importante papel.

Na história da civilização ocidental, por exemplo, vemos surgir, a partir do século XVIII, um mito construído pelos discursos filosófico, médico e político: a exaltação ao amor materno, tradicionalmente descrito como “instintivo” e “natural”. Pensada como função feminina por excelência, a maternagem, por longos anos, é compreendida como intrinsecamente relacionada à maternidade e, portanto, concernente à natureza da mulher. Entretanto, vale lembrar que essa premissa de que a mãe biológica é que irá naturalmente amar o filho faz parte da tradição judaico-cristã, como ilustra a passagem do livro dos Reis, em que o rei Salomão identifica a verdadeira mãe pelo amor que ela tem pelo seu bebê.

Diferentemente dessa visão naturalista, alguns autores acreditam que essa dedicação da mulher ao papel materno deva-se muito mais “a uma transposição social e cultural das suas capacidades de dar à luz e amamentar” (Chodorow,

1990). Nessa direção, entre 1943-45, o dramaturgo alemão Bertold Brecht, inspirado por uma lenda chinesa datada de 1200, escreve “O Círculo de Giz Caucasiano”.

Resumidamente, podemos dizer que essa é uma peça teatral em que as cenas iniciais emolduram a história de Gruscha e de seu menino de criação, Miguel, filho da viúva do Governador, a mãe de sangue, que tendo abandonado o filho em meio a uma revolta política, reivindica-o depois de restabelecida a ordem social. Resta ao juiz estabelecer regras para essa disputa, que consiste em duas mulheres puxarem o menino para si, arrastando-o para fora do círculo de giz. Gruscha perde ao preservar a integridade física do menino, não empregando força para não machucá-lo, o que a faz, em contrapartida, ser reconhecida pelo juiz como verdadeiramente maternal, diferentemente da mãe de sangue.

Assim, Brecht interfere no modo de pensar maniqueísta de nossa época e propõe a dialética, ao trazer à tona a ideia da maternidade como cuidado ou mesmo como criação de um outro, ao invés de recorrer à instituída natureza feminina. Decerto que essa discussão brechtiana está em conformidade com aquilo que estamos problematizando nesse trabalho, o mito da boa mãe.

Nesse sentido, Forna (1999) é contundente ao afirmar que o mito da maternidade é o mito da mãe perfeita. Em meio às expectativas sociais, a mãe perfeita deve ser devotada não só aos filhos, mas a seu papel de mãe. Deve ser compreensiva com os filhos, dando a eles amor incondicional. Deve ser capaz de enormes sacrifícios, além de ser fértil e ter instinto maternal, sendo a melhor para cuidar corretamente dos filhos. Dessa forma, ela deve incorporar todas as qualidades tradicionalmente associadas à feminilidade, tais como acolhimento, ternura, intimidade. Assim, só podemos conceber uma forma de ser mãe, um estilo de maternidade exclusiva, aprisionada, constituído no seio da família moderna. No entanto, ainda hoje, a ideologia da maternidade idealizada permeia todos os aspectos da vida, entra pelos nossos olhos e ouvidos via televisão, revistas, jornais, livros, filmes, entre outros meios.

Impregnados pela crença de que a mãe ideal é “natural”, naturalizamos a ideia de que todas as mulheres portam o desejo de ser mãe, mesmo que secretamente. A revelação desse desejo de fato pode nunca vir à tona, mas a nossa cultura investe na concepção infundada, segundo Forna, de que “a premência de ter filhos atinge todas as mulheres em determinado momento” de suas vidas

(1999, p. 13). Parece que todas mulheres são feitas com o mesmo molde, com as mesmas respostas biologicamente programadas.

Entretanto, houve períodos na história em que as mulheres pareciam não ligar para o filho, sendo comum deixá-lo, ainda recém-nascido, na casa da amade-leite ou mesmo matá-lo como forma de planejamento familiar. Forna (1999) sinaliza que nos primeiros anos da América colonial os pais, não as mães, são os mais indicados para criar os filhos. Porém, no último terço do século XVIII, o foco ideológico que se desloca progressivamente da autoridade materna ao amor materno impunha, como um dos seus imperativos, a sobrevivência das crianças, por conta dos interesses da nova ordem econômica que passa a vigorar com a ascensão da burguesia.

Em defesa da criança, centraliza-se na mulher da classe abastada os cuidados e a educação dos filhos, protegendo-os das “influências negativas” dos serviçais. Nesse cenário, surge a medicina doméstica que investe sobre o corpo, a saúde, as formas de se alimentar e morar, ocupando, enfim, o espaço completo da existência humana.

Nesse sentido, vemos ao longo dos séculos XIX e XX proliferarem os discursos sobre cuidados a serem dispensados aos corpos femininos, “cuidados estes cada vez mais rigorosos e precisos”, sobretudo quando se trata de corpos de mulheres-mães (Knibieler, 1996, p. 359). Forma-se uma rede discursiva de cuidados específicos, do pré-natal, da medicina, da psicanálise, das tecnologias, da nutrição, que aos poucos se intensificam sobre esses corpos. Dessa forma, podemos nos referir a uma politização da maternidade, que atualiza, complexifica, exacerba e multiplica investimentos educativo-assistenciais que têm como foco mulheres-mães (Meyer, 2003). Sendo incorporada e difundida pelas políticas de Estado, pelas revistas, jornais, televisão, cinema e publicidade, o modelo de mãe cuidadora, que cuida e se cuida, triunfa ao mesmo tempo que se democratiza, como demonstra Schwengber (2006), quando discute representações de maternidade na Revista Pais&Filhos.

Essa espécie de pedagogia dissimula uma falsa aparência de inocência responsável pela escolha seletiva de um determinado tipo de humano como normativo no mundo Ocidental, qual seja, o bom, como animal doméstico e virtuoso. Assim, escamoteia-se, sob a capa de ensino e disciplina, uma “antropotécnica”, uma espécie de cultura seletiva de um tipo de humano

(Sloterdijk, 2000). Consequentemente, acrescenta-se ao significado clássico do humanismo a amizade do homem para com o homem, a ideia do homem que representa para o homem o poder superior.

Dessa forma, o grau avançado de desenvolvimento tecnocientífico no universo da cultura ocidental, segundo Sloterdijk (2000), nos habilita a tomar conscientemente em nossas mãos a tarefa natural da seleção. Essa condição do homem contemporâneo o coloca à altura da tarefa de seleção biopolítica, portanto, no grau de autodeterminação alçado com a moderna tecnociência. Isso significa dizer que o homem já não pode se furtar impunemente a assumir ativamente o jogo, deixando agir em seu lugar um hipotético poder superior.

Com base nisso, gostaria de aproximar essas ideias a da politização contemporânea da maternidade, ao enfatizar um determinado estilo de maternidade. Esse processo de politização seletivo é produzido e sustentado pela discursividade que também articula e explicita intensamente certos modos de sentir e de viver a maternidade a problemas sociais contemporâneos, em particular de educação e de saúde.

Meyer (2005) assinala que comumente em jornais e revistas nos deparamos com um conjunto disperso, porém recorrente, de anúncios que atribuem o desenvolvimento físico, cognitivo e afetivo saudável do feto e da criança a sentimentos, comportamentos, formas de cuidar e se relacionar com ele ou ela. Isso torna o exercício da maternidade no mundo contemporâneo uma tarefa extremamente complexa, difícil e abrangente. Um exemplo emblemático desse processo é a prática do aleitamento materno, tal como concebida e recomendada hoje.

No entanto, essa prática é uma entre várias que, desde o século XIX, assolam as famílias brasileiras pelas mãos dos médicos. Empenhados em transformar o destino do país, visam produzir indivíduos saudáveis no corpo e no espírito, formulando para isso um projeto de reorganização da sociedade (Martins, 2004). Para tanto, elaboram um discurso reformista sobre as principais instituições, públicas e privadas, que consideram responsáveis pelos graves erros e vícios na formação do povo brasileiro, a começar pela família, seguida da escola, hospitais, entre outras.

Desse projeto de intervenção médica na sociedade resultam textos, a maioria de caráter normativo e escritos em um estilo acadêmico, objetivo e direto.

Esses textos, mais descritivos do que analíticos, abordam sucintamente conhecimentos autorizados pela ciência sobre família, o casamento e a mulher, constituindo o saber sobre a sexualidade, a infância e o corpo feminino.

Desse tempo para os dias atuais, a criação dos filhos continua sendo uma tarefa quase que exclusivamente feminina, sendo iniciada, como assinala Forna (1999), antes mesmo da concepção, com as redes de poder-saber que atravessam e constituem determinados tipos de conhecimento. São esses saberes que sustentam e conformam as políticas e programas públicos com ênfases educativas, com instrumentos de diagnóstico, e com modos de assistir e monitorar mulheres-mães. Dessa maneira, há uma ressignificação da relação mãe-filho, reinscrevendo o corpo materno em um poderoso regime de vigilância e regulação, forjando discursos sobre maternidade. Para Meyer, esses discursos estão na

confluência de quatro movimentos ou forças sociais ao longo do século XX: 1. a ênfase na constituição de um tipo de sujeito inscrito na lógica da racionalidade neoliberal; 2. o aprofundamento das desigualdades econômicas, sociais e culturais que decorre da conjunção da racionalidade neoliberal com o processo de globalização; 3. a produção e o desenvolvimento crescente de conhecimentos e novas tecnologias que descrevem e monitoram o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional do feto, inscrevendo-os (fetos e suas mães) em uma linguagem de controle e de auto-regulação, bem como em uma “gramática da probabilidade e do risco”; 4. a articulação conflituosa de políticas de estado com demandas de movimentos sociais como, por exemplo, do feminismo e o dos direitos humanos, em que a noção de universal é multiplicada e fraturada, o que incide sobre os modos como esses sujeitos de direito se relacionam (2005, p.84).

Observada sob essa perspectiva, a ideia de articulação sugere uma conexão, provisória e historicamente situada, de diferentes discursos sobre maternidade, podendo produzir, a partir de alguns de seus elementos, um outro discurso. Assim, o que conhecemos e apreendemos como unidade resulta de uma articulação contingente, o que nos faz colocar tais unidades em questão. Nesse sentido, podemos interrogar: quais discursos, forças sociais, poderes e conflitos se conectam para produzir, definir, atualizar e reposicionar as maternidades? E quais sustentam o pressuposto de que determinadas formas de pensar, sentir e agir da mãe influenciam impreterivelmente a saúde física e emocional da criança?

Reconhecemos que a suposta “unidade” de um discurso é a articulação de diferentes e distintos elementos discursivos que podem ser rearticulados de diversas formas, uma vez que não possuem uma afinidade absoluta. Sendo assim,

a “unidade” que importa é o elo entre esse discurso articulado e as forças sociais com as quais ele pode, em certas condições históricas, mas não necessariamente, estar conectado.

No contexto dessa discussão, esta ideia de articulação sugere que é na conexão, provisória e historicamente situada, de diferentes discursos sobre maternidade ou de alguns de seus elementos, que se materializa a produção de outro discurso, aparentemente unitário, sobre “a” maternidade e é nesse processo que se define o que chamamos de politização. Ao indicar que aquilo que conhecemos e tomamos como unidade resulta de uma articulação contingente, a noção permite, exatamente, colocar tais unidades em questão.

Entretanto, como resultado ou efeito de práticas articulatórias, a “unidade” possibilita, por um lado, que se opere com a perspectiva de “desarticulá-la”. Por outro lado, ela é também uma estratégia de análise que admite recortar e conectar diferentes teorias, campos de estudo e discursos que ampliam as possibilidades e os alcances da análise. Esses exercícios analíticos, como pontua Meyer (2005), ajuda-nos a “discutir a politização da maternidade na articulação entre discursos médicos, pedagógicos, psicológicos e/ou jurídicos com processos sociais, econômicos e políticos como o neoliberalismo e a globalização, por exemplo” (p.85).

De modo geral, pode-se dizer que a politização da maternidade se dá a partir dos movimentos e forças sociais que se articulam na contemporaneidade, produzindo práticas discursivas e representações sociais. Desde o final do século XIX e início do século XX, surge nos países ocidentais um debate sobre a politização da maternidade com as chamadas feministas maternalistas. Ao reivindicarem e se envolverem com ações de proteção à maternidade e à infância, elas propunham uma discussão política sobre a maternidade e direitos maternos bastante complexa e diferenciada para a época (Meyer, 2005).

Vale dizer que o feminismo, ao questionar a clássica distinção entre o privado e o público, traz à tona, nas arenas acadêmica e política, temas relacionados à família, à sexualidade, ao trabalho doméstico, à divisão sexual do trabalho e ao cuidado com as crianças como capacidade inata da mulher, que antes não são considerados. Nesse sentido, é que podemos dizer que o feminismo, como movimento teórico, social e político, tem um profundo impacto sobre os modos pelos quais o sujeito e a identidade são conceptualizados na modernidade.

De fato, o feminismo coloca em xeque a maternidade como destino natural para as mulheres, quando reavalia os pressupostos biologicistas que traduz a maternidade como instinto. Nesse sentido, Badinter (1985) nos diz que as atitudes maternas não pertencem ao domínio do instinto, mas continua-se a pensar que o amor da mãe é tão forte que talvez tenha ligação com a natureza. Esse amor é, segundo a autora, dotado de diversidades, sendo um sentimento humano e, como tal, frágil e imperfeito. Não é, portanto, um sentimento inato, mas que se desenvolve através das oscilações socioeconômicas e culturais da história.

#### 4.1.1

#### A Estetização Contemporânea da mulher-mãe: uma nova cartografia

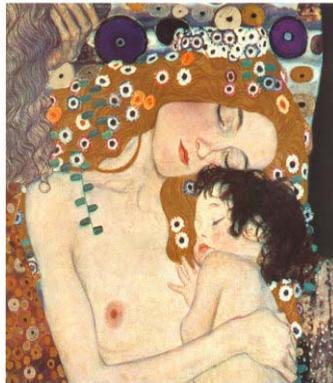


Figura 11: Mãe e filho , Gustav Klimt (1905)

Paulatinamente, a partir do século XVIII e principalmente no século XIX, desenha-se uma nova imagem da mulher em relação à maternidade, segundo a qual o bebê e a criança transformam-se nos objetos privilegiados da atenção materna. Nesse momento, aliada ao poder médico, a mulher, agora valorizada como educadora, introduz no seio da família as normas destinadas a regular a vida familiar e individual, as quais passaram a ser seguidas pelo desejo cultivado e orientado de uma vida normal e saudável. Assim, como apontam Moura&Araújo (2005), a devoção e a vigilância surgem como valores essenciais aos cuidados necessários à preservação da criança.

Dessa forma, a imagem materna ideal é esculpida segundo a mais sedutora expressão da maternidade serena, tranquila, benevolente - a de Nossa Senhora

com o menino Jesus - servindo como figura inspiradora. Essa imagem idílica fascina por evocar o tempo de aconchego no colo materno, afastando da cena os afazeres prosaicos da maternidade e ressaltando uma visão romanceada da mesma.

Esse modelo de mãe emerge com a burguesia, a partir do século XVIII, construindo assim uma noção moderna do estético, inseparável da construção das formas ideológicas dominantes da sociedade de classes modernas, e de todo um novo formato de subjetividade apropriada a esta ordem social (Eagleton, 1993).

É interessante mencionar que, no período colonial, as mulheres consideradas pela Igreja como pecaminosas por viverem livremente sua sexualidade contribuía para a valorização da mulher ideal, que deveria ser casada, mãe, afeita à domesticidade, à piedade religiosa, preocupada em consolidar a família (Del Priore, 1993). Pensando nisso, a Igreja decide proteger a mulher solteira, mãe e sem companheiro, incitando-a a redimir-se pelo exercício do papel de mãe em torno do filho ilegítimo. Para tanto, a Igreja oferece às mães um conjunto de normas que beneficiam sua condição desafortunada; principalmente se esta condição fora resultado de promessas de casamento ou de violências. Ajudando essas mulheres, a Igreja possivelmente as controla melhor, tendo em vista o modelo da mulher ideal (Del Priore, 1993).

Para além dos interesses da Igreja e do Estado, outros argumentos que contribuíram para a idealização e o reforço do papel materno são os da psicologia e da sociologia pós-freudiana, na medida em que enfocam a relação mãe-bebê como decisiva para o desenvolvimento da criança. Com relação a esse aspecto, cabe lembrar que autores como Klein (1986) e Winnicott (1983, 1988<sup>a</sup>, 1988b, 1993<sup>a</sup>, 1993b) dedicam-se exaustivamente ao estudo das chamadas relações objetais precoces, sendo fundamental no trabalho de Winnicott tanto a valorização do ambiente no desenvolvimento infantil quanto o delineamento da figura da “mãe dedicada comum”, definida como aquela capaz de “promover a integração das características próprias de cada criança, diferenciando cada bebê do outro, a partir do apoio encontrado no ego materno que age como facilitador da organização do próprio ego do bebê” (Winnicott, 1988b, p. 494).

Em conformidade com a perspectiva centrada no indivíduo, o discurso psicanalítico é disseminado na sociedade contemporânea, modificando processos

de subjetivação nas famílias. Essa “cultura psicanalítica”<sup>9</sup> contribui para que aos papéis materno e paterno seja acrescida uma perspectiva cada vez mais individualizante. Em meio à individualização constrói-se a culpabilização. Propondo uma imagem de referência, tenta-se se igualar tudo através de grandes categorias unificadoras e redutoras - um certo tipo de informação, de cultura, de mãe, de pai, impedindo, assim, o processo de singularização.

Nesse sentido, a psicóloga americana Jane Swigart (1992) critica a concepção arraigada em nossa cultura ocidental, desde muitos anos e em particular desde Sigmund Freud, de que toda mãe é culpada. O discurso sobre a mãe abusiva, castradora, super protetora, insuficientemente presente, muito presente, que ama demais ou de menos, segundo Swigart, consegue paralisar a espontaneidade das mães, fazendo-as duvidar de seus impulsos, de suas decisões e até de suas emoções. Conseqüentemente, essa prática discursiva gera indivíduos dóceis, obedientes, que buscam nos especialistas a norma a ser seguida, promovendo formas de indivíduos responsáveis.

Vale dizer que a ampliação das responsabilidades maternas faz-se acompanhar de uma crescente valorização da mulher-mãe, a “rainha do lar”, dotada de poder e respeitabilidade desde que não transcenda o domínio doméstico. Progressivamente, a mulher passa a assumir, além da função nutrícia, a de educadora e, muitas vezes, a de professora. Com isso, as responsabilidades aumentam e com ela a valorização do devotamento e do sacrifício feminino em prol dos filhos e da família, que novamente surgem no discurso médico, filosófico, como inerentes à natureza da mulher. Se por um lado as novas responsabilidades da mulher lhe conferem um novo status na família e na sociedade, afastar-se delas traz enorme culpa, além de um novo “sentimento de anormalidade” por contrariar a natureza, o que só pode ser explicado como desvio ou patologia. Dessa forma, aprendemos que é melhor viver em estado de bem-estar, tranquilidade, felicidade, entusiasmo, alegria, serenidade, do que viver com sentimento de culpa, triste (Serpa Júnior, 1998). Para isso, precisamos estar em comum acordo com a normatividade moral.

---

<sup>9</sup>A cultura psicanalítica pode ser definida como o efeito da difusão da Psicologia e, especialmente, da Psicanálise na sociedade, de forma que o cotidiano de um grupo passe a ser compreendido e tematizado por suas normas. A esse respeito, ver: Figueira, S. A Cultura da Psicanálise. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Ancorado na hierarquia moral, surge a figura do especialista que julga o que se deve ou não preferir, diferenciando o melhor, o pior ou indiferente, segundo “o conjunto de crenças morais que dizem quais problemas ou enigmas humanos são relevantes para uma dada cultura” (Serpa Jr., 1998, p. 13). Nesse sentido, a valorização da maternidade se presentifica, provocando dois movimentos distintos: por um lado, nas camadas populares da sociedade, observamos a ausência paterna e o Estado, através de suas instituições, assumindo seus encargos. Por outro lado, nas camadas abastadas, é o discurso do especialista que oferece à família um novo padrão de atitudes, sendo a figura materna o meio para se chegar até ela.

Desde então, a criação dos filhos ainda é função exclusivamente feminina. Somado a isso, a quantidade de informação sobre a criação e sobre o desenvolvimento dos filhos tem aumentado, de modo que a maternidade se torna progressivamente ativa e intervencionista. O trabalho agora começa antes mesmo da concepção, quando os futuros pais planejam ter filhos. São exames genéticos, check up completo, dieta específica, exercícios que prometem auxiliar a mulher durante a gestação e na hora do parto, entre outras recomendações elencadas por especialistas em nome da saúde do bebê. Entretanto, sabe-se que para além do bebê existem outros interesses, como os profissionais, os políticos e os sociais.

O paradoxo da maternidade como um estado ao mesmo tempo venerado e repudiado, natural mas policiado, se presentifica no ato de amamentar. Enquanto campanhas são financiadas pelo Governo Federal brasileiro (Anexo 2) encorajando a amamentação ao seio do nascimento até os dois anos ou mais da criança, a mamadeira - que por décadas fez parte do enxoval de muitas futuras mães - agora é censurada pelos especialistas devido aos vários malefícios decorrentes de seu uso. Com isso, mais uma vez se regula a vida da mulher de acordo com os condicionantes socioculturais vigentes, desprezando, sobremaneira, “o que o humano tem de mais específico, a saber, a história e a palavra” (Szejer, 1997, p. 287). Dessa maneira, a história de cada mulher, e de cada gestação, que poderia tornar possível, ou não, a amamentação, fica inaudível.

A título de comparação, há países, como a Grã-Bretanha, por exemplo, que não toleram a amamentação em público, obrigando as mães que amamentam a ficarem mais em suas casas (Forna, 1999). Outros países, como a França, incentivam o aleitamento materno desde o nascimento a todas as mães,

disseminando a ideia de que a boa mãe deve amamentar seu filho. Para Szejer (1997), essa ideia, além de ser culpabilizante, não é inteiramente fundada. Ainda mais quando nos deparamos com argumentos pretensamente científicos, que buscam convencer as mulheres a amamentarem seus filhos, garantindo ser essa a única forma de proteger seus bebês contra as infecções. Essa teoria omite o fato de que “o recém-nascido, desde o nascimento, é portador de anticorpos da mãe (que ele recebeu por via sanguínea), e ele os conservará até que seu próprio organismo o produza, ou seja, por volta dos três meses” (Szejer, 1999, p. 285).

As mudanças sociais e o enfoque no indivíduo contribuem também para a construção do projeto que Salem (1985) denominará de “casal grávido”. Para a autora, a partir do momento em que as representações de maternidade e paternidade deixam de ser percebidas como autoevidentes e passam a ser vistas como situações sujeitas à elaboração e discussão pelo casal, o que exige deles forte investimento emocional, busca-se uma “nova maternidade” e uma “nova paternidade”. Nesse momento, a valorização do compromisso emocional do casal com a criança intensifica-se, iniciando-se já na gravidez, o que Lo Bianco (1985) denomina de “psicologização do feto”.

Isso implica uma relação antecipada com o bebê, antes mesmo de nascer, pela atribuição de uma individualidade afetiva. Essa ideologia é motivada pelos procedimentos médicos e de preparação para o parto, pela haptonomia<sup>10</sup>, pelos registros sonoros e de ultrassonografia, permitindo a visualização do feto, antecipando a atribuição de sua identidade, permitindo que a mulher identifique no futuro bebê características próprias, uma personalidade individual.

Nesse cenário, a participação do pai no parto e nos cuidados com o bebê surge como elemento fundamental dessa experiência. Quanto à mulher, valoriza-se a dedicação total à criança, dispensando-se o auxílio de enfermeiras, babás ou mesmo da família. O casal, portanto, deve assumir todos os cuidados com o bebê, desde o início. Teoricamente, esse projeto, de acordo com Salem (1985), baseia-se em valores como o afeto, a atenção à subjetividade e a um relacionamento mais igualitário e livre entre pais e filhos, como também a igualdade entre os gêneros.

---

<sup>10</sup>É o contato afetivo com o bebê desde o ventre materno até um ano de nascido. No acompanhamento haptônico, “o profissional permite aos pais descobrirem essa linguagem afetiva transmitindo um “saber-fazer” e ajudando-os a amadurecer um “saber-ser” os três juntos” através do contato psicotátil afetivo confirmante (Dolto-Tolitch, 1995).

Entretanto, Salem (1985) conclui que há dificuldade da efetivação desse projeto, apesar das significativas revisões efetivadas pelos casais em relação aos papéis materno e paterno.

Nesse processo entram em cena os médicos obstetras, psicólogos e outros técnicos envolvidos no acompanhamento do casal, antes um lugar ocupado pela família extensa. Essas modificações socioculturais fazem parte de um contexto mais amplo, que altera o papel materno, pela transformação do próprio papel da mulher e da família nas últimas décadas do século XX. Para Moura&Araújo,

se, nos últimos dois séculos, o papel feminino é marcado por uma relativa estabilidade e por sua redução ao papel materno, na década de 80, embora essa vinculação não tenha desaparecido, passou a mostrar-se menos estável no contexto de algumas classes sociais, particularmente nas camadas urbanas mais jovens (2004, p. 51).

Diante dos rearranjos sociais e familiares, não é mais possível pensarmos o papel materno como o único disponível para as mulheres. Afinal, atualmente, dá-se uma ênfase simultânea à importância e obrigatoriedade da maternidade, e à importância e possibilidade de desempenho em outros papéis não relacionados ao ser mãe (Lo Bianco, 1985). Consequentemente, essa dupla ênfase provoca uma experiência contraditória e ambivalente em relação ao papel materno. Nesse contexto, a psicologização do feto surge na tentativa de reinventar a experiência materna em novas bases, a fim de preservar o valor da maternidade.

Do mesmo modo, há ênfase acentuada na relação mãe-bebê, que deve ser buscada antes de a maternidade se concretizar. Assim, a gravidez e tudo que diz respeito a ela é remetido à ordem dos sentimentos e preocupações para com o feto. Este, fazendo valer suas supostas características psíquicas, responde às atitudes maternas com grande autonomia. Lo Bianco (1985) afirma que, por vezes, o feto é considerado parceiro de um diálogo, e sujeito-objeto de vigilância cuidadosa e detalhada.

Para identificar as diferentes formas de comunicação entre mãe e feto, assim como o estabelecimento do vínculo entre ambos, vários pesquisadores, entre eles Busnel (1997), Wilhelm (1992), Piontelli (1992), vêm estudando a relação mãe-feto e a relevância desta comunicação para o desenvolvimento saudável do filho. Entretanto, é interessante assinalar que foram os chineses, há milênios, que desenvolveram os primeiros atendimentos pré-natais, pois

defendiam que as emoções da mãe influenciariam sobre o desenvolvimento do feto. Uma mulher que estivesse passando por muita tristeza poderia dar à luz a um bebê com problemas respiratórios. A prevenção da doença seria dada, portanto, da harmonização de trocas de energia físicas e psicológicas entre mãe e feto.

Essas premissas deterministas sobre a relação mãe-bebê permanecem ainda hoje. Nesse sentido, Almeida (1987) identifica um processo de nuclearização da família, orientado pela ideologia individualista, pelo qual a experiência de maternidade diz respeito só ao casal e, em última instância, à vivência pessoal da mulher.

Na década de 80, as mulheres vivenciam o que Almeida denomina de “sentimento moderno de maternidade”. Nesse modelo, a família sai de cena e entram os especialistas ou grupos de pares. A diferença desaparece como princípio lógico e exclusivo na organização das experiências sociais e familiares: homem-mulher, mãe-pai, adulto-criança, marido-esposa deixaram de ter seus papéis sociais estabelecidos apenas a partir de diferenças sexuais e de uma estruturação hierárquica.

Quanto à experiência pessoal, a vivência da gravidez não é mais qualitativamente diversa do período não-grávido, levando ao desaparecimento das distinções quanto à rotina, postura, vestuário. Nesse processo, como nos contam Moura&Araújo (2004), a presença do marido passou a ser valorizada em todos os momentos da gestação, percebida por essas mulheres como escolha pessoal. Dessa forma, devem ser problematizados todos os aspectos relacionados à sua evolução.

Se, anteriormente, o acompanhamento da gestação restringia-se ao obstetra, a partir dos anos 80 outros profissionais inseriram-se nesse processo, como o especialista em psicologia e em trabalhos de corpo aplicados à gravidez e ao parto. Com isso, esses profissionais tornaram-se responsáveis, junto às mães, pela construção e divulgação de um “paradigma alternativo” na concepção de maternidade. Almeida (1987) constata que o novo paradigma mostra-se essencialmente reativo aos antigos valores e crenças, que passam a ser atacados e atingidos basicamente através de seus representantes - a família de origem, a ideologia médica tradicional - mas também de outras gestantes contemporâneas que não se filiam ao novo modelo. Uma postura de afastamento e crítica superficial é favorecida, especialmente através dos profissionais “psi” que, junto aos grupos de pares, passam a ser tomados como sede de estabelecimento de

novos valores, supostamente por incentivarem a emergência de um desejo individual em relação à maternidade.

Almeida (1987) analisa que essa atitude dos especialistas contém, na verdade, um padrão disciplinador sutil. A ideologia alternativa não é, contudo, percebida como tal, confundindo-se com a crença na aquisição de modalidades de liberação frente à conduta e valores antigos. Tais relações estão compreendidas, portanto, em um campo rigorosamente disciplinar; sua “novidade” está no fato dessas estratégias de controle e convencimento serem percebidas como concernentes ao desejo do próprio sujeito, o que favorece grandemente a adesão às normativas.

Diante dessa perspectiva, a vida e o indivíduo são concebidos como empreendimentos infinitamente “aperfeiçoáveis” (Meyer, 2005, p. 87). Nesse sentido, espera-se do indivíduo uma certa autonomia, que possibilite a ele se autogovernar mais e melhor na medida em que se capacita, ou é capacitado para fazer escolhas e responsabilizar-se por elas. Entretanto, hoje, sabe-se que tais escolhas estão conectadas ao acesso e domínio de uma ampla gama de informações, por vezes mais complexas, abrangentes e diversas de necessidades e possibilidades de viver de forma competente e saudável. A partir desse enfoque se pressupõe que o indivíduo pode e deve aperfeiçoar cada vez mais sua forma de viver, seu corpo e sua saúde, o que implica colocar na esfera pessoal a responsabilidade pela distribuição dos meios e recursos necessários para a consecução desse “projeto” de vida e saúde. Assim, analisa Meyer (2005), “todos os indivíduos têm o direito e, sobretudo, o dever de manter, gerir e potencializar o seu próprio bem estar” (p. 87). Essa prerrogativa, condizente com a racionalidade neoliberal, pode ser desvelada na sociedade brasileira ao examinarmos suas políticas e seus programas de educação e de saúde, bem como os conhecimentos científicos que lhes dão sustentação.

Nesse contexto, segundo Meyer (2005), “os indivíduos tornam-se sujeitos de aprendizagens corporais, administráveis e gerenciados intensivamente desde sua forma de embrião, no útero, até o seu leito de morte” (2005, p. 87). Essa necessidade de gerenciamento dos corpos, como os de mulheres gestantes e mães e dos seres humanos que elas geram, é mantida por uma detalhada rede de administração da vida que envolve um ordenamento complexo de saberes e de práticas culturais. A isso se refere o processo de politização da maternidade, em

que o corpo, os comportamentos, as habilidades e os sentimentos maternos se tornam alvo principal de vigilância. Esse processo, em um movimento contínuo, atribui especialmente à mãe a responsabilidade de gerar e criar seres humanos perfeitos.

#### 4.1.2

#### **Especialismos: controle social para um novo milênio**

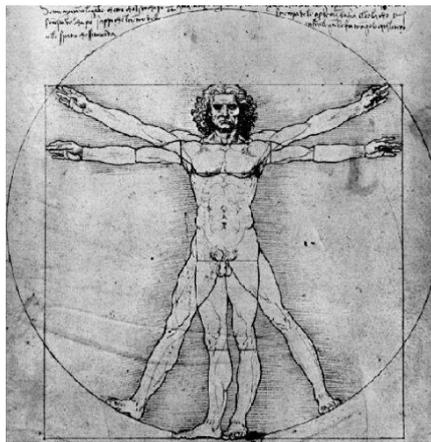


Figura 12: O homem Vitruviano, Leonardo Da Vinci (1490)

Os efeitos de uma progressiva individualização e “psicologização” das relações na sociedade, se fazem sentir na década de 80, principalmente, nas camadas urbanas da população, intelectualizadas e familiarizadas com o universo de valores da classe média. Além de sinalizarem a acentuada participação de profissionais “psi” em trabalhos dirigidos a outras camadas sociais. O aumento dessa participação deu-se, em parte, em função do empobrecimento geral da população durante os anos críticos da década de 90, obrigando esses profissionais a dirigirem-se a outros campos de trabalho além do consultório particular. Outra razão se deve ao crescente número de profissionais das áreas “psi” no mercado, em função do fenômeno conhecido como “boom da psicanálise” nas décadas anteriores. A penetração dessa forma de discurso favorece e é favorecida pela ordem econômica vigente. Esse momento traz, entre outras coisas, a presença de profissionais “psi” nos meios de comunicação de massa, tornando-se cada vez frequente a veiculação de conselhos e orientações através de jornais, de revistas e da televisão.

Suas abordagens, muitas vezes, conferindo grande valor aos aspectos subjetivos das relações e ao desenvolvimento da individualidade, estimulam um aporte individual para questões nas quais o contexto socioeconômico e político do país mostra-se fortemente implicado. O mesmo tipo de abordagem permite ainda a generalização de alternativas específicas a um determinado contexto populacional para toda a sociedade. Além do mais, a partir do final da década de 1970, um amplo movimento mundial no campo da saúde modifica a maneira como os serviços de atenção à população se organizam, propondo a revisão do próprio conceito de saúde. O advento do chamado “paradigma biopsicossocial” preconiza um novo tipo de intervenção através das equipes multiprofissionais, o que leva um grande número de psicólogos a atuações relacionadas aos setores básicos, chamados primários e secundários, ampliando intervenções antes dirigidas somente às instituições psiquiátricas para atingir as unidades básicas de saúde, os ambulatórios e hospitais gerais (Moura&Araújo, 2004).

A psicologia, acompanhando a medicina, passa a ter lugar em inúmeros programas de saúde pública, colaborando na organização de novas formas de cuidado dispensado aos indivíduos. Em outro extremo, o progresso científico proporcionado pela medicina e pela tecnologia de ponta nas últimas décadas, aliado às transformações do papel da mulher na sociedade - evidenciadas especialmente a partir do movimento feminista - tem trazido novas e importantes questões para a família, que certamente repercutirão em novas possibilidades de configuração subjetiva.

A mulher, depois de conquistar a liberdade de exercer sua sexualidade desvinculada do matrimônio, de planejar e decidir a maternidade, de adiá-la até o momento que considera propício às circunstâncias de sua vida, de interromper uma gestação por meios seguros - embora ilegais no Brasil - pode também optar por viver a maternidade sozinha, sem que isso signifique uma condenação social. Porém, mais que assumir a maternidade fora da condição do casamento, hoje a mulher pode se tornar mãe sem depender da presença concreta de um companheiro, podendo fazê-lo amparada pelos avanços das técnicas de fertilização assistida. Essas novas tecnologias reprodutivas permitem a gestação em condições anteriormente impensáveis, tanto do ponto de vista médico quanto social. Aliadas a esses avanços, as técnicas de cuidados a recém-nascidos, que reduzem drasticamente a mortalidade de crianças, mesmo quando nascidas muito

prematuras ou gravemente doentes, certamente repercutirão na organização familiar e nos sentimentos relacionados à maternidade.

Correia (1998) reflete a respeito das novas tecnologias reprodutivas (NTRs) como a inseminação artificial, a fertilização *in vitro* e suas diversas variantes, incluindo doações de células reprodutivas, óvulos e espermatozoides, e de embriões, aluguel de barriga ou empréstimo de útero, até a possibilidade de clonagem humana. Para ele, os NTRs constituem a etapa mais recente de um processo cujas origens remontam ao fim do século XVIII, pelo qual, historicamente, a função de cura da medicina duplica-se em uma outra função política, a de criação e transmissão de normas. Sob esse ponto de vista, uma tecnologia de ponta, quando dirigida a aspectos tão permeados de significação quanto à produção e à manutenção da vida humana, pode assumir um caráter não tão moderno assim mas que, lembrando as antigas práticas higienistas, reforça “o velho papel da medicina na construção de significados em torno da maternidade e da paternidade” (Correia, 1998, p. 132).

Mais uma vez, o discurso do especialista busca auxiliar a família diante das novas alternativas de relação e de constituição subjetivas, que se inserem no campo do imaginário antes mesmo de se tornarem uma possibilidade concreta para a sociedade. Ao psicólogo certamente caberá algum papel, uma vez que são justamente os processos de subjetivação o terreno privilegiado de seu trabalho. Quanto aos fundamentos e consequências desses processos, mostra-se essencial uma visão crítica e reflexiva sob o exercício de sua função, a fim de que seu discurso não se reduza, como outros tantos, ao da competência, para retomar uma expressão de Chauí (1982), como discurso instituído, cuja finalidade é dissimular, sob uma capa de cientificidade, um trabalho ideológico de identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular e universalizante. É verdade que a condição primordial para o prestígio e a eficácia do discurso da competência consiste na afirmação da incompetência dos homens como sujeitos políticos e sociais válidos, ou seja, para sua disseminação, é preciso que haja apenas homens reduzidos à condição de objetos sociais.

O discurso competente realiza, assim, um duplo movimento: ao mesmo tempo em que afirma a incompetência dos homens, entra em cena para devolver-lhes alguma competência, cientificamente embasada, porém realizada de forma individualizante. Nesse sentido, a competência lhes é devolvida, portanto, na

forma de uma série de discursos que ensinarão a cada um como lidar com o mundo e como se relacionar com o outro. Longe de promover um saber verdadeiro, uma reflexão autêntica sobre si mesmo e a realidade, os discursos da competência divulgam conhecimentos, ao mesmo tempo em que apagam diferenças, anulam as contradições e fazem desaparecer o novo, o diverso. Na verdade, para o discurso competente, como discurso ideológico, o “novo” só interessa quando perde seu poder instituinte tornando-se inócuo, infértil. As novas questões trazidas à família na contemporaneidade, especialmente no que diz respeito às concepções acerca da maternidade das quais trata este trabalho, podem se tornar elementos instituintes, disparadores de novos processos de subjetivação que, nas palavras de Deleuze, “ só valem na medida em que, quando acontecem, escapam tanto aos saberes constituídos como aos poderes dominantes” (1992, p. 217).

Essas mesmas questões podem, no entanto, ser capturadas pelo intenso processo de modelação, de instituição de valores, que tem no especialista um importante elemento para sua efetivação. O lugar do especialista não é, porém, uma determinação. Podemos posicionar-nos de outro modo, fazendo de nosso trabalho uma oportunidade de criação e de ruptura com o instituído, um espaço de sua permanente desconstrução.

Assim, cabe aos especialistas examinar os efeitos das inovações trazidas pelos programas de saúde e de educação, como mais uma manifestação do poder disciplinar, mais um dos dispositivos confessionais típicos da rede capilar dos poderes da modernidade, cuja eficácia consiste em fazer passar todos os detalhes da vida na forma de discurso. Com isso, sublinha-se a importância de analisarmos os processos discursivos, em que determinadas classificações passam a ser utilizadas para descrever e produzir indivíduos políticos.

## 4.2

### Deslocamentos do papel feminino na atualidade: uma questão de gênero



Figura 13: Duas namoradas, Gustav Klimt, (1916)

Nesse sentido, estamos enredados por tecnologias discursivas que irão determinar e validar as formas apropriadas e impróprias de existência. Portanto, não existem corpos livres de investimentos e expectativas sociais. Quando nasce uma criança, por exemplo, produz-se uma invocação performativa e, com ela, instala-se um conjunto de suposições em torno desse corpo. As convenções linguísticas que produzem seres com gênero - homem/mulher, por exemplo - apontam para uma sofisticada tecnologia social heteronormativa<sup>11</sup>, operacionalizada pelas instituições médicas, domésticas, escolares e que produzem constantemente corpos-homens e corpos-mulheres (Butler, 1999). Uma das formas para se reproduzir a heterossexualidade consiste em cultivar os corpos em sexos diferentes, com aparências “naturais” e disposições heterossexuais naturais.

Assim, quando nasce uma criança produz-se uma invocação performativa e, com ela, instala-se um conjunto de expectativas e suposições em torno desse corpo, construindo, dessa forma, realidades (Preciado, 2002). Nessa direção, as suposições tentam antecipar o que seria o mais natural, o mais apropriado para o

---

<sup>11</sup>Termo criado por Michael Warner em 1991 para descrever situações nas quais variações da orientação heterossexual são marginalizadas, ignoradas ou perseguidas por práticas sociais, crenças ou políticas.

corpo que se tem. Assim, as expectativas logo serão materializadas em brinquedos, cores, modelos de roupas e projetos antes mesmo desse corpo vir ao mundo. Dessa maneira, o mundo infantil se constrói sobre proibições e afirmações, baseado na ideologia da complementariedade dos sexos. Nesse tempo da infância, os enunciados performativos são interiorizados e se produz a estilização dos gêneros, como “isso não é coisa de menina”, “homem não chora”, criando corpos que reproduzam as performances de gênero hegemônicas. Isso ocorre devido à repetição dos atos performativos que sustentam e reforçam as identidades hegemônicas, de homem e de mulher (Butler, 1999). Essa repetição estilizada formará o cimento dessas identidades.

Nesse sentido, como sugere Butler, o gênero não é uma essência interna, pois essa “essência interna” seria produzida mediante um conjunto de atos postulados por meio da estilização dos corpos. Quando se age e se tenta reproduzir a/o mulher/homem “de verdade”, desejando que cada ato seja reconhecido como aquele que nos posiciona legitimamente na ordem do gênero, busca-se reproduzir uma natureza em ato. Sendo assim, as mulheres “de verdade” são heterossexuais, desejam ser mães, são passivas e emocionalmente frágeis. Nessa perspectiva idealizada, os deslocamentos são vistos como problemas individuais, talvez fruto de algum “distúrbio”. Essa prerrogativa essencialista remonta à retórica rousseauiana sobre a “natureza feminina”, quando diz ser fraca e passiva, servindo apenas para agradar ao homem.

Para os gêneros, as suposições funcionam como se houvesse uma essência interior que marca a existência da mulher e do homem. Cada ato é interpretado como se fosse “a natureza” falando em atos. Com isso, gera-se um conjunto de expectativas baseadas nas idealizações de uma “natureza perfeita”, como é o exemplo do “instinto materno”. Sendo assim, a “mãe desnaturada” é excluída daquilo que se considera humanamente normal.

Postulando que “a maternidade engendra naturalmente o amor e o devotamento à criança” (Badinter, 1985, p. 314), o discurso psicanalítico contribui para tornar a mãe o personagem central da família. Devotada, responsável, a boa mãe atenderá a todas as necessidades do filho auxiliando-o no seu desenvolvimento (Badinter, 1985), enquanto a mãe má não manifestará os impulsos maternos instintivos necessários a uma boa maternagem.

Contrariando as expectativas tradicionais, conforme exemplifica Moura&Araújo (2004), hoje, de maneira geral, as mulheres das classes médias se irritam ao serem reduzidas ao papel materno, mesmo quando isso lhes traz algum privilégio. Embora ainda seja valorizado e extremamente investido afetivamente, o papel feminino diante das prerrogativas atuais tende a conter a maternidade sem se deixar englobar por ela. Nesse contexto, o tradicional vestuário de grávida é recusado, dando lugar, na década de 90, à exibição da barriga, vestindo apenas as roupas que traduzem juventude adolescente e um padrão de elegância, ou extravagância, comum às mulheres não grávidas.

Entretanto, vale ressaltar que atualmente se constata um certo enaltecimento pelos aspectos idealizados da maternidade, produzindo-se nas mulheres que não sentem ou não fazem o que é esperado o sentimento de culpa - um dispositivo de controle eficiente que regula modos de ser mãe. Mas é, segundo Serrurier (1993), “para com os seus filhos que a mãe se sente culpada, e sempre de forma inexplicável. Isso aumenta sua angústia” (p. 129).

Quanto ao papel da mulher no cuidado com os filhos, vimos, desde o século XX, o crescimento da ideologia da “mãe moral”: à medida que as taxas de natalidade caíam, a escolarização das crianças torna-se mais precoce e as mulheres mais presentes no mercado de trabalho. Segundo Chorodow

Nos Estados Unidos, o período capitalista inicial produziu uma ideologia da “mãe moral”: as mulheres burguesas deviam agir ao mesmo tempo como educadoras e modelos morais para seus filhos, assim como alimentadoras e guias morais para seus maridos na sua volta do mundo de trabalho imoral e competitivo (1990, p. 19).

Somada à responsabilidade pela saúde mental da criança, hoje, às mães cabe a tarefa de conduzir os filhos ao êxito intelectual e acadêmico. Assim, “a maternidade bem-sucedida significa produzir um adulto bem equilibrado e que se dá bem na vida” (Forna, 1999, p. 15).

Assim, a maternidade passa a ser compreendida e discutida como uma dimensão implicada com os processos de dominação/subordinação que regiam as relações entre os sexos nas sociedades ocidentais. Nesse caso, não se considera que o papel materno deve sempre ser considerado de forma relativa e tridimensional, portanto ressaltando a impossibilidade de compreender as

modificações nele ocorridas sem fazer referência aos demais membros do microsistema familiar - o pai, a mãe e os filhos.

Scavone (2001), ao discutir as imbricações entre maternidade e feminismo, sintetiza três vertentes que caracterizam as principais discussões realizadas em torno de tais relações: uma primeira, em que a recusa da maternidade é apresentada por feministas radicais como Sulamita Firestone, como principal instrumento para subverter a dominação masculina; uma segunda, em que a maternidade passaria a ser teorizada como um poder insubstituível das mulheres, o que caracteriza, por exemplo, o chamado feminismo da diferença, de Luce Irigaray; e uma terceira, que poderia ser chamada de feminismo pós-estruturalista, no qual se tomam como focos de análise os mecanismos e as estratégias de poder-saber que, nas culturas ocidentais modernas, permitem definir e apresentar a maternidade como se esta fosse uma essência, monolítica e a-histórica, inscrita na anatomia, fisiologia e psique da mulher.

Aproximando-se de teorizações como as desenvolvidas por Michel Foucault e Jacques Derrida, o feminismo pós-estruturalista assume que a noção de gênero remete a todas as formas de construção social, cultural e linguística, implicadas com processos que diferenciam mulheres de homens, incluindo aqueles que produzem seus corpos, para distingui-los e nomeá-los como dotados de sexo, gênero e sexualidade. Dessa perspectiva, como aponta Meyer, operar com o conceito de gênero supõe e demanda:

1- assumir diferenças e desigualdades entre homens e mulheres são social, cultural e discursivamente construídas e não biologicamente determinadas; 2- deslocar o foco de atenção da “mulher dominada, em si” para a relação de poder em que as diferenças e desigualdades são produzidas, vividas e legitimadas; 3- explorar o caráter relacional do conceito e considerar que as análises e intervenções empreendidas nesse campo de estudos devem tomar como referência, as relações, de poder, e as muitas formas culturais e sociais que de forma interdependente e inter-relacionada educam homens e mulheres como “sujeitos de Gênero”; 4- Racha a homogeneização, a essencialização, e a universalidade contida nos termos mulher, homem, dominação masculina e subordinação feminina, dentre outros, para tornar visíveis os mecanismos e estratégias de poder que instituem e legitimam essas noções; 4- Explorar a pluralidade, a provisoriidade e a conflitualidade dos processos que delimitam possibilidades de se definir e viver o gênero em cada sociedade e nos diferentes segmentos sociais e culturais (2005, p. 86).

Retomando a antológica frase de Simone de Beauvoir (1980), “não nascemos mulheres, mas nos ‘tornamos’ mulheres, desafiamos as prerrogativas biologicistas de que a anatomia é destino.

### 4.3

#### **Globalização, mídia e maternidade: a estilização do ser mãe**



Figura 14: Esboço da Esperança I, Gustav Klimt (1903)

Ainda hoje, continuamos convivendo no campo dos Estudos Feministas, com essas e várias outras possibilidades de abordar a maternidade e nossas investigações, tendo nos meios de comunicação um caminho possível para a disseminação de ideologias, por produzir e comercializar um volume ininterrupto de conteúdos e marcas por todo o planeta. Nesse sentido, essas tecnologias comunicacionais exercem influência direta na configuração dos imaginários sociais, privilegiando crenças, hábitos e estilos de vida muitas vezes sintonizados com o consumo dos mercados mundiais.

As revistas femininas da década de 80, com a frase “ter tudo a que tem direito”, divulgavam conselhos às jovens mães mostrando como equilibrar carreira, maternidade e casamento. Essa máxima caiu por terra, afinal os afazeres doméstico sobrecarregaram as mulheres que se aventuraram por uma carreira profissional, ou mesmo um trabalho para aumentar a renda doméstica. O sonho da supermãe que não vacila diante do trabalho doméstico, dos cuidados com o filho e da vida profissional, parece estar acabando.

Entretanto, mesmo constatando que as sociedades ocidentais esperam das mães algo simplesmente irrealizável, ainda suplicamos que elas tentem ser aquilo que desejamos que sejam (Forna, 1999). Nessa direção, ainda existe a pressuposição de que a mãe deve ficar em casa com o filho, a fim de não serem percebidas como “más”. Foi o que a emissora BBC disseminou em 1997, ao criticar num filme as mães que trabalham e deixam seus rebentos na creche todos os dias. À época, a emissora ainda divulgou nos jornais que “filhos de mães que trabalham não conseguem chegar à faculdade” (Forna, 1999, p.277), prejudicando o futuro deles. Além disso, segundo Fornas, uma outra revista, desta vez novaiorquina, abriu uma reportagem intitulada “Cuidados Perigosos”, advertindo os pais acerca da ameaça à segurança de crianças que ficam aos cuidados de outros. Com isso, se inculca nas mães sua fundamental presença para que seu filho cresça seguro e saudável. No entanto, sabemos que muitas mães precisam trabalhar, a despeito do crescimento pessoal, o que gera culpa.

Segundo Moraes (2010), corporações de mídia e entretenimento exercem um duplo papel estratégico na contemporaneidade. O primeiro diz respeito à sua condição de agentes operacionais da globalização, do ponto de vista da enunciação discursiva. Legitimam o ideário global como também o transformam no discurso social hegemônico, propagando visões de mundo e modos de vida que transferem para o mercado a regulação das demandas coletivas.

No contexto global, nos conta Fornas (1999), revelou-se que a criação dos filhos ainda é amplamente vista como responsabilidade materna, mesmo nos casos em que a mulher é a única provedora, ou mesmo entre casais de orientação igualitária, de formação universitária e que dividem as despesas.

É fato que por trás de cada representação, boa ou má, se faz presente o modelo da mãe perfeita. Sendo assim, segundo Fornas, decisões pessoais sobre trabalho, relacionamentos, fertilidade e comportamento se tornam propriedade pública, porque a mulher é mãe. Por esse critério, as mães que aparecem na imprensa são julgadas, assim como as outras mulheres que não correspondem, ou não podem corresponder, às expectativas do ideário materno sentindo-se, por vezes, culpadas.

Na tentativa de controlar o comportamento das mães, são publicados, a cada ano, milhares de artigos divulgados para os pais em revistas especializadas sobre gravidez, parto e criação de filhos. A busca em reforçar o ideal da mãe

perfeita vem refletido no tom alarmista de vários artigos destinados a provocar culpa e medo.

Para Forna (1999), a mídia cerceia as grávidas quando aponta os perigos para o feto por meio dos alimentos, dos vícios, dos hábitos. Com isso, a população se torna mais temerosa de qualquer tipo de risco, exigindo maior controle e um ambiente livre de ameaças. Em nome dos possíveis riscos, somos monitorados e vigiados como se o perigo nos espreitasse a todo momento. A autora ressalta como a mídia se fixa na saúde e no comportamento maternos, incutindo nas mães que um bebê perfeito é um “resultado” (p. 114). Dessa maneira, propaga-se a ideia de que há uma “maternidade correta”, gerando, ao mesmo tempo, concretamente, produtos que prometam ajudar nessa empreitada.

Nesse sentido, para Ramonet (2010), “hoje a informação é considerada essencialmente uma mercadoria” (p. 247) por ter uma perspectiva comercial. Assim, vende-se e compra-se informação para se obter lucros. Diante dessa perspectiva, a informação é dada não com intuito de informar, mas de acordo com os interesses do comércio, que fazem do ganho, ou do interesse, seu imperativo.

É certo que a mídia que divulga a importância do contato da mãe com o seu bebê gratuitamente é a mesma que no intervalo de seu programa vende produtos de massagens mãe&bebê, que ajudam o melhor contato da dupla. De maneira geral, é desse discurso simples, breve e emocional que as grandes empresas midiáticas lançam mão. Em contrapartida, as informações de fato só alcançam um grupo de mães que se integra numa ordem capitalista dominante e tem condições de participar, bem ou mal, da distribuição de bens produzidos por essa ordem, enquanto a outra parte restante se integra apenas a nível do imaginário. Nas palavras de Forna, “os políticos manipulam as mães” (1999, p. 263) quando as conduzem na direção de certos padrões de comportamento.

Nesse sentido, a mídia assume uma posição central no processo de constituição do sujeito contemporâneo, nos modos de ser pai, mãe e gestante (Fischer, 2002). Isso significa dizer que nossos gestos e qualidades físicas são adquiridos pelos modos de educação que recebemos num dado contexto sociocultural (Vigarello, 2002 e Soares, 2002). Sendo assim, determinadas pedagogias corporais colocam-se em cena para produzirem identidades maternas diferenciadas, associando os corpos grávidos a uma rede de práticas e de saberes,

tais como cuidados pré-natais, cursos especializados, consultas médicas, academias, alimentos diferenciados.

Assim, o corpo serve como um elemento de apoio e articulação para os mais diversos projetos políticos, dotado de grande instrumentalidade nas relações de poder (Foucault, 1999). O conjunto de procedimentos discursivos e institucionais sobre o investimento educativo nos corpos intensifica-se nas mulheres de forma específica a partir do século XVIII, como pontua Schwengber (2009). Através da interpelação do gênero trazemos para o domínio da linguagem e do parentesco a nomeação (é gestante) (Butler, 1999). Nessa direção, a nomeação (é gestante) é, ao mesmo tempo, “o estabelecimento de uma fronteira e também a inculcação repetida de uma norma” (Butler, 1999, p. 161), em conformidade com determinadas práticas universalizantes que

corrigiram-se aos poucos as posturas; uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível e se prolonga, cria-se o hábito, em resumo, cria-se o senso de responsabilidade com a instauração do modelo da gestante cuidadosa (FOUCAULT, 1993, p. 25).

Além da ampliação contemporânea da disciplina individual sobre os corpos grávidos para que se garanta uma gravidez saudável, destaca-se o corpo grávido como um lugar de encontro, entre mãe e feto. Nos dias atuais, o que sai da barriga da grávida, via de regra, está quase decididamente decifrado e nomeado no processo da produção/explicação da vida (Schwengber, 2009).

Graças a essa nova organização da economia da saúde, podem-se proliferar novas práticas corporais prescritas às gestantes, bem como crescente investimento de revistas, jornais, artigos, livros, programas televisivo no tema gravidez. Nesse processo de controle dos corpos, cabe a prescrição de atividades com o intuito de melhorar as condições físicas das gestantes.

De fato, investe-se, gradativamente, no corpo das mulheres e das crianças como instrumento de forças produtivas, como se houvesse com isso uma certa garantia de prosperidade nacional. Esse investimento foi sendo incorporado no imaginário cultural feminino, o que permitia sua valorização. Além disso, era uma das fortes mensagens propagadas “(...) ser uma boa mãe, uma mãe cuidadosa (...) como condição para ser uma mulher feliz e respeitada ” (Badinter, 1985, p. 147). Essa discursividade produz na alma da mulher-mãe o desejo de consumir o que a

aproxima desse ideal imposto pela cultura hegemônica. Assim, atravessadas por subjetividades midiáticas, consomem produtos e serviços que as fazem ficar como a mãe dos sonhos de qualquer sociedade. Agora, calcadas no modelo ideal de mãe, elas se autovigiam.

Nesse imaginário ideal, a mulher ainda obedece às prescrições ditadas por saberes científicos, que a fará escolher, segundo aponta Tornquist (2002), “o que é melhor para o bebê, e de uma celebração do parto ideal, este não raro muito distante do campo de escolha e de possibilidade de boa parte das mulheres que dão à luz”(p. 491). Esse panorama que se desenha, por fim, fabrica uma forma de ser mulher-mãe tendo como aliado os meios midiáticos de comunicação.